Revista Terceiro Incluído
https://revistas.ufg.br/teri/ | ISSN 2237-079X | V. 16 | n. 1 | 2026 |

| Recebido: 15 Jun. 2026 | Aceito: 25 Jul. 2026 | Publicado: 09 Ago. 2026 |

Corrida Armamentista, Minerais para a Guerra e Ascensão da Ultradireita: uma tragédia em três atos

The Arms Race, Minerals for War and the Rise of the Far Right: a tragedy in three acts

Bruno Milanez [1]
https://orcid.org/0000-0002-5330-7407

Resumo
As transformações recentes no sistema internacional têm fragilizado as instituições multilaterais e fortalecido posições conflituosas entre os Estados, impulsionando uma nova corrida armamentista. Esse processo possui uma profunda base material, na medida em que a expansão da produção de armamentos e a reposição de estoques ampliam a demanda por minerais. Como consequência, observa-se um estreitamento da relação entre as forças armadas e o setor extrativo. Paralelamente, há uma ascensão de governos e movimentos populistas de ultradireita. Este artigo busca estabelecer conexões entre esses três processos e discutir suas repercussões no contexto da América Latina, com destaque para o Brasil. Argumenta-se que esse cenário tende a intensificar o interesse de países consumidores pelo controle de reservas minerais na região, inclusive por meio de maior envolvimento governamental, aumentar a opacidade das cadeias minero-metalúrgicas e ampliar os riscos de degradação ambiental e de violações de direitos humanos.

Palavras-Chave: Indústria bélica; Mineração; Ultradireita; América Latina.

Abstract
Recent developments in the international system have weakened multilateral institutions and exacerbated tensions between states, fuelling a new arms race. This process has a material basis, as the expansion of arms production and the replenishment of stockpiles are driving up demand for minerals. As a result, the relationship between the armed forces and the extractive sector is becoming ever closer. At the same time, there is a rise in far-right populist governments and movements. This article seeks to establish links between these three processes and discuss their repercussions in the context of Latin America, with a particular focus on Brazil. It is argued that this scenario tends to intensify consumer countries' interest in controlling mineral reserves in the region – including through greater government involvement – to increase the opacity of mining and metallurgical supply chains, and to heighten the risks of environmental degradation and human rights violations.

Keywords: Arms industry; Mining; The far right; Latin America.

[1] Doutor em Política Ambiental, Professor do Departamento de Engenharia de Produção e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, bruno.milanez@ufjf.br.

O autor agradece a Anabel Marin pelo diálogo e pelas discussões que deram origem a este texto, bem como à ActionAid e à Fundação Heinrich Böll pelo apoio à pesquisa que fundamentou este artigo. O conteúdo e as análises aqui apresentados são de sua exclusiva responsabilidade.

> Na verdade, ao ouvir os gritos de alegria que vinham da cidade, Rieux lembrava-se de que essa alegria estava sempre ameaçada. Porque ele sabia o que essa multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz (Camus, 1947/2016, p. 267).

Introdução

O objetivo deste artigo é estabelecer conexões entre três processos interligados, ainda não analisados em conjunto. Primeiramente, as mudanças nas relações internacionais, consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia e do crescente antagonismo entre o chamado "Ocidente" e a China. Tal mudança está associada à intensificação de uma nova corrida armamentista, que impulsiona a demanda por minerais. Em segundo lugar, a atual aproximação entre mineração e a indústria bélica, especialmente associada à disputa pelo acesso às reservas de Minerais para Armamentos, Tecnologia e Energia (MATEs). Por fim, as possíveis implicações do fato desses dois movimentos ocorrerem em um momento em que se verifica a ascensão de governos nacionalistas e de ultradireita em países exportadores e consumidores de minerais.

A proposta desta análise se baseia nos efeitos cumulativos que esses três movimentos podem ter sobre os territórios onde ocorre a extração mineral. Inicialmente, como a mineração é essencial para a guerra, a corrida armamentista implica um aumento da demanda por minérios, o que resulta na abertura de novos projetos ou na ampliação de minas existentes. Todavia, a cadeia de suprimentos vinculada à indústria bélica apresenta particularidades, como menor sensibilidade a preços, maior opacidade e menor preocupação com a proteção ambiental e a garantia de direitos humanos (Johnstone, Marín, 2026). Ao mesmo tempo, algumas dessas características acabam por ser acentuadas pela emergência de governos e movimentos de ultradireita. Essa combinação pode resultar no aumento dos danos ambientais e sociais provocados por projetos extrativos e, consequentemente, dos conflitos territoriais.

Para apresentar essa discussão, o artigo é organizado em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, é caracterizado o novo momento das relações internacionais, marcado pelo declínio da influência das instituições multilaterais e pelo aprofundamento do antagonismo entre as grandes potências militares. Então, é analisada a relação entre a indústria armamentista e o setor mineral, com destaque para o crescimento do envolvimento das forças armadas no setor extrativo. Em seguida, o texto trata do fortalecimento da ultradireita nos países exportadores de minerais, usando a América Latina como caso emblemático, além de comentar o processo equivalente na Europa e nos EUA. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre possíveis repercussões no Brasil.

A nova corrida armamentista

Nos últimos anos, as relações internacionais têm passado por novas mudanças estruturais. Como tantas outras coisas, o "fim da história" também teve seu fim (Zissimos, 2022). Com a ascensão econômica e política dos países da Ásia, em especial a China, o Norte Global percebeu que estava

perdendo seu próprio jogo e resolveu mudar as regras do neoliberalismo e da globalização (Stuenkel, 2022).

O mundo globalizado, caracterizado pela livre circulação do capital e das mercadorias, pela hegemonia das grandes corporações e pela redução do protagonismo do Estado, está sendo substituído por uma nova realidade, marcada por tarifas comerciais, sanções econômicas, restrições às exportações e guerras. Esse processo criou novas dinâmicas geopolíticas e geoeconômicas (Cowen, Smith, 2009; Sukar, Ahmed, 2019).

Um processo que já vinha ocorrendo gradualmente nas últimas décadas foi acentuado por crises repetidas de natureza econômica, sanitária e, mais recentemente, bélica. A quebra do sistema financeiro internacional de 2008 e a pandemia de 2019 foram dois dos eventos mais significativos que mostraram que a globalização não apenas gerava problemas para os países periféricos, mas também criava riscos para os países centrais (Kobrin, 2020). Nos últimos anos, as tensões cresceram ainda mais com a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 e com a aliança entre os EUA e Israel na ocupação de Gaza e nos ataques ao Irã. Esse desrespeito reiterado por potências globais e regionais às instituições internacionais minou a confiança nos sistemas multilaterais (Finaud, 2024), correndo o risco de reforçar a ideia do "poder da força" ("might makes right").

Como resultado, o passado recente tem sido marcado por uma nova corrida armamentista. O número de países cujos gastos militares ultrapassam 2% do PIB passou de 42 em 2015 para 51 em 2020 e, em 2025, chegou a 62 (SIPRI, 2026). Esse processo ocorreu juntamente com um novo posicionamento dos países do "Ocidente", em resposta às agressões da Rússia e à expansão da influência econômica e política da China.

Os EUA, sob o regime Trump, contrariaram as promessas de campanha baseadas no "America First" e se envolveram cada vez mais em conflitos externos, especialmente no Oriente Médio. Como consequência, o orçamento de defesa proposto para 2027 ultrapassou o montante de US$ 1 trilhão (Center for Arms Control and Non-Proliferation, 2026). Países da OTAN, instigados pelos EUA, também aumentaram seus gastos militares. Em 2026, a Europa e o Canadá ampliaram suas despesas militares em 11% em relação ao ano anterior, passando de US$ 571 bilhões para US$ 634 bilhões (The Guardian, 2026). As projeções futuras indicam uma elevação ainda mais considerável. Por exemplo, a Alemanha não apenas considera retornar ao serviço militar obrigatório (Smith, 2026), como também prevê expandir os gastos militares de €109 bilhões em 2027 para €183 bilhões em 2030 (Nöstlinger, 2026). Seguindo a mesma trajetória, a França deve elevar seus gastos de €57 bilhões para €76 bilhões no mesmo período (Kayali, 2026).

Essas mudanças têm impactos diretos nas atividades extrativas, especialmente após a constatação, pelos EUA e pela Europa, de que a sua indústria de armamentos é profundamente dependente de cadeias de suprimento controladas pela China (Pavel, Tzimas, 2016; Vivoda *et al.*, 2025). Isso tem levado os países do Norte Global a buscar fontes alternativas de matéria-prima para a indústria bélica, tanto em países aliados quanto em regiões que consideram parte de sua zona de influência.

Minerais para conflitos

Como consequência da nova corrida armamentista, tem havido um aumento na busca por acesso e controle das reservas de MATEs. Neste contexto, o setor tem adotado denominações como "minerais críticos" ou "estratégicos", cuja origem está intrinsecamente vinculada às dinâmicas dos conflitos armados.

De acordo com Johnstone e Marín (2026), durante a Primeira Guerra Mundial, a escassez de alguns minerais interrompeu a produção de armamentos, meios de transporte e equipamentos de comunicação, o que levou as forças armadas a classificá-los como "críticos". Esse conceito foi posteriormente institucionalizado pelos Estados Unidos por meio da Lei de Estocagem de Materiais Críticos e Estratégicos (Strategic and Critical Materials Stockpiling Act) (Hayes, McCullough, 2018), que os definiu como materiais necessários ao abastecimento militar e à garantia das necessidades essenciais dos civis (Andersson, 2020).

Embora os termos minerais "críticos" e "estratégicos" tenham se popularizado recentemente a partir do debate sobre o combate às mudanças climáticas, as tecnologias de geração de energia são apenas um dos usos desses materiais. De acordo com a IEA (2025), em 2024, as tecnologias energéticas foram responsáveis por 29% do consumo de cobre, 58% do de lítio, 17% do de níquel, 31% do de cobalto, 30% do de grafite e 20% das terras raras. Portanto, há muitos outros usos desses minerais, inclusive na indústria bélica.

Não por acaso, a Agência de Logística do Departamento de Defesa dos EUA considera 66 materiais estratégicos (DLA, 2026) e a União Europeia nomeia 39 matérias-primas necessárias à produção de componentes e subsistemas de defesa (Pavel, Tzimas, 2016). De forma semelhante, a Otan não apenas elaborou uma lista de 12 minerais críticos para a indústria de defesa (NATO, 2024), como também estabeleceu o compromisso de adquirir, transportar e gerir o estoque de materiais críticos para a defesa, a fim de construir uma base industrial e uma cadeia de suprimentos "resiliente e segura" (Choi, 2026).

Estimar a quantidade total de minerais destinados ao setor de armamentos é bastante difícil, especialmente devido à opacidade das cadeias de suprimento das forças armadas e aos equipamentos de uso dual (civil e militar). Uma compilação de distintas fontes, realizada por Johnstone e Marín (2026), estimou que os setores aeroespacial e de defesa seriam responsáveis pelo consumo de 7,3% do antimônio comercializado no mundo, 17% do berílio, 11% do cobalto e 11% do cromo. No caso exclusivo do setor militar, os valores seriam equivalentes a 10,5% do cobre, 9% do titânio e 8% do tungstênio.

As vastas listas de minerais "críticos" para a indústria de armamentos se devem, em parte, à crescente complexificação desses equipamentos. Por exemplo, aparelhos de visão noturna e tecnologias termossensíveis utilizam antimônio e germânio; sistemas de comunicação e radar precisam de gálio e tântalo; superligas metálicas para motores de foguetes e jatos dependem de nióbio e cobalto; e munições teleguiadas, como drones e mísseis de precisão, necessitam de ímãs de terras raras e baterias de lítio (Vivoda *et al.*, 2025).

A demanda do setor bélico por recursos minerais vem crescendo não apenas devido aos projetos de expansão do poderio militar, mas também à necessidade de reposição dos estoques consumidos nos conflitos recentes. Como consequência do aumento da demanda europeia por sistemas de defesa antiaérea, decorrente da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Lockheed Martin planeja ampliar sua produção de mísseis Patriot de 600 para 2.000 por ano (Jain, Kuber, 2026). Este incremento se tornou ainda mais urgente após os ataques dos EUA contra o Irã. De acordo com estimativas de Cancian e Park (2026), nos primeiros 40 dias do conflito, os EUA já haviam gasto 1,0 mil mísseis Tomahawk, 1,1 mil mísseis da linha JASSM e cerca de 1,4 mil mísseis Patriot. Esses quantitativos equivaleriam, em termos aproximados, a 30%, 25% e 50% dos estoques existentes antes dos ataques.

Considerando o papel central que os drones assumiram nos conflitos atuais, sua utilização também se mostra um importante fator de crescimento da demanda por recursos minerais. Ao longo de 2025, apenas a Ucrânia fabricou mais de 4 milhões de drones, e estima-se que, em 2026, esse número alcançará 7 milhões (Gagnard, 2026).

A criticidade dos recursos minerais para abastecer a indústria de armamentos tem levado as próprias Forças Armadas a aprofundar sua relação com o setor extrativo. Entre 2021 e 2025, o Departamento de Defesa dos EUA assinou 24 contratos para projetos de extração mineral, totalizando cerca de US$ 550 milhões, um aumento de mais de 1.600% em relação ao período de 2016-2020. Os projetos envolviam principalmente lítio, neodímio, boro, grafite e alumínio (Gabay, 2026). Em outra frente de atuação, o Pentágono investiu diretamente em projetos de mineração de cobalto, cobre, grafite, tungstênio e molibdênio no Canadá, muitos deles em territórios indígenas (Nankivell, 2026).

Apesar da relação intrínseca entre a mineração e a indústria bélica, ela é raramente discutida e questionada. Em geral, a noção de "minerais de conflito" é usada em um escopo restrito, se referindo quase exclusivamente aos conflitos desencadeados pela mineração artesanal e de pequeno porte em regiões geográficas específicas.

As duas principais normas relativas a minerais de conflito são a Seção 1502 da Lei Dodd-Frank, dos EUA, e o Regulamento 2017/821, da União Europeia. Ambas têm sua aplicação limitada a quatro minerais: tântalo, estanho, tungstênio e ouro (conhecidos pela sigla em inglês 3TGs). Do ponto de vista geográfico, a lei estadunidense se refere aos minerais extraídos na República Democrática do Congo e em países fronteiriços. A norma europeia, por sua vez, adota um escopo mais amplo e utiliza o conceito de Zonas de Conflito e de Alto Risco (Pålsson, 2025).

Tais iniciativas, porém, têm sido criticadas em diversos aspectos. Griffiths e Rubaii (2025) mencionam que os sistemas de rastreamento são falhos e que há diferentes formas de burlá-los, especialmente por meio de canais informais. Coumans (2024) questiona o foco na mineração artesanal e de pequena escala, bem como a ausência de preocupação semelhante com as violações de direitos humanos cometidas por grandes mineradoras. Rubaii *et al.* (2025) destacam que essas normas adotam uma perspectiva colonial de "salvacionismo branco", em que países do Norte Global fiscalizam conflitos envolvendo a mineração, mas não prestam contas do uso desses minerais na forma de armamentos, muitas vezes também associado à violação de direitos humanos.

Especialmente com relação a este último ponto, Coumans (2024) defende a necessidade de ampliar o conceito de "minerais de conflito", aproximando-se da ideia de "minerais para conflitos", de modo a incorporar aqueles que financiam conflitos ou abastecem a indústria de armamentos. Conforme destacado por Griffiths e Rubaii (2025), haveria um paralelo direto entre as vidas perdidas pela extração mineral em Kolwezi, na República Democrática do Congo, e pelo uso dos mesmos minerais em Mosul, no Iraque, ou na cidade de Gaza, na Palestina.

A responsabilização das mineradoras deveria ser discutida em maior profundidade, especialmente pelo fato de venderem minerais para a fabricação de produtos que causam destruição e morte. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que exércitos se vangloriam de desenvolver "armas inteligentes", tem aumentado a morte de civis. Como afirma Nixon (2011, p. 220), "o míssil teleguiado de precisão de um é a arma de destruição indiscriminada de outro". Assim, nos últimos anos, a média do número de conflitos armados envolvendo Estados aumentou em 48%, passando de 38 no período de 2006 a 2015 para 57 no período de 2016 a 2025. Nestes mesmos intervalos, a média anual de civis mortos em tais conflitos passou de 15,3 mil para 24,5 mil, um crescimento de 61% (UCDP, 2026).

Os impactos sobre civis, todavia, vão além do uso indiscriminado de armamentos durante os conflitos. Eles se mantêm ao longo do tempo e transcendem gerações. Diferentes materiais utilizados em armamentos, como cobalto, chumbo, tântalo e tungstênio, são metais pesados que contaminam o solo e a água dos locais bombardeados, comprometendo a saúde da população (Griffiths, Rubaii, 2025).

Por exemplo, Al-Sabbak *et al.* (2012) identificaram que, em 2003, o número de crianças nascidas com malformações congênitas na maternidade de Al Basrah, no Iraque, era 17 vezes maior do que em meados dos anos 1990. Os autores também verificaram que a concentração de chumbo nos dentes dessas crianças era três vezes maior do que a de crianças nascidas em regiões não atingidas.

Em um estudo de natureza semelhante, Manduca *et al.* (2014) verificaram maior presença de contaminantes com potencial teratogênico em crianças nascidas em 2011, após a operação "Chumbo Fundido", conduzida pelas Forças de Defesa de Israel. A pesquisa, realizada no Hospital Al Shifa, em Gaza, demonstrou que crianças com malformações congênitas apresentavam concentrações mais elevadas desses contaminantes do que o grupo controle. Os principais metais identificados foram mercúrio, selênio e estanho.

Dessa forma, a nova corrida armamentista e o aprofundamento dos vínculos entre a indústria de armamentos e as redes extrativistas podem causar danos em distintas dimensões. Elas poderão intensificar as violações de direitos não apenas nas áreas-alvo de bombardeios, mas também nos territórios impactados pela extração mineral. Nesse segundo caso, isso se deve ao fato de as redes de suprimento associadas ao setor bélico serem menos sensíveis ao preço, o que pode ampliar as possibilidades de captura de valor por parte das mineradoras, que buscarão expandir ainda mais suas atividades. Além disso, setores vinculados às forças armadas são movidos por um sentimento de urgência associado à "segurança nacional", o que tende a enfraquecer o respeito às salvaguardas ambientais e à proteção dos direitos humanos. Por fim, devido à sua natureza, essas redes são mais opacas, o que dificulta a identificação de agência e a determinação de responsabilidades (Johnstone, Marín, 2026)

A ascensão da ultradireita

Os impactos combinados da expansão da extração mineral e da militarização das cadeias minero-metalúrgicas possivelmente serão amplificados pelo fato de ocorrerem em um contexto de emergência de governos e movimentos nacionalistas de ultradireita. Esse fortalecimento de ideias antidemocráticas vem ocorrendo em larga escala no mundo, envolvendo tanto países exportadores quanto países consumidores de minerais. Tal movimento coloca em risco uma série de medidas de proteção ambiental e de direitos humanos, cuja fragilização pode facilitar a ampliação dos danos causados por atividades extrativas e o aprofundamento dos conflitos delas decorrentes.

Do ponto de vista dos países exportadores, a América Latina constitui um caso emblemático. A persistente dificuldade em superar problemas sociais e econômicos, tais como a fragilização dos direitos trabalhistas, o aumento da precarização e da informalidade no mercado de trabalho, a escalada da violência e o aprofundamento das desigualdades sociais, somada às estratégias de comunicação da ultradireita nas redes sociais, tem contribuído para o descrédito em relação à democracia. Por exemplo, uma pesquisa realizada pela Ipsos revelou que, em 2023, 54% da população da região aceitaria um governo não democrático caso fosse capaz de "consertar o país" (Malamud *et al.*, 2026).

Como consequência, a região vem sendo tomada por governos populistas de direita e de ultradireita. Entre eles, podem ser mencionados o ultralibertário Javier Milei, na Argentina; o pinochetista José Antonio Kast, no Chile; a filha de um ditador, Keiko Fujimori, no Peru; o autoritário Daniel Noboa, no Equador; a conservadora Laura Fernández Delgado, na Costa Rica; o extremista Abelardo de la Espriella, na Colômbia; e o "ditador mais cool do mundo", Nayib Bukele, em El Salvador. Na Bolívia, embora Rodrigo Paz não fosse o candidato mais extremista das eleições de 2025, suas posições se radicalizaram posteriormente. Este avanço indica o risco de aceleração de projetos extrativos, associados a um incremento das violações de direitos humanos, com especial ênfase na ocupação de territórios indígenas.

Historicamente, as experiências de governos progressistas, bem como de centro-direita, na América Latina mostraram uma disposição estrutural de estimular o avanço da extração mineral (Gudynas, 2015). Todavia, a tomada do poder pela ultradireita pode tornar esse processo ainda mais rápido e agressivo. Entre os avanços importantes para as empresas extrativistas, pode-se citar a decisão de Bukele de revogar a lei que proibia a mineração metálica em El Salvador (Chávez, 2025). Em uma iniciativa semelhante, Laura Delgado, dando continuidade à política do seu antecessor, propôs reativar a mineração de ouro no norte do país, na região de Las Crucitas (Mora, 2026). Da mesma forma, Milei aprovou uma lei que facilita a mineração na região dos glaciares argentinos, que eram protegidos desde 2010 como reserva de água (Flynn, 2026). No Chile, Kast anulou 43 decretos ambientais, incluindo seis que protegiam salinas e lagos dos planaltos chilenos, região onde ocorre a extração de lítio (Barlett, 2026). Na Bolívia, por sua vez, Paz aprovou um regulamento que isenta de licenciamento ambiental e de consulta prévia os projetos de cooperativas mineiras (Mercado, 2026). Ainda, de acordo com Santamaria (2026), a eleição de de la Espriella representa uma mudança de rumo na política mineral da

Colômbia, com a promessa de facilitar o licenciamento ambiental e transformar o subsolo em um "motor de transformação nacional".

A fragilização das normas de proteção ambiental e o incentivo à mineração ocorrem em paralelo a decisões de cunho autoritário, que envolvem a redução dos direitos civis e a perseguição aos movimentos de defesa do meio ambiente. Após uma série de medidas impopulares, o governo Milei criou um protocolo repressivo contra protestos sociais, estabelecendo punições para os manifestantes na Argentina (Carta Capital, 2023). Igualmente, na Bolívia, Rodrigo Paz decretou estado de emergência diante de uma série de protestos sociais contra medidas impopulares de seu governo (Dunker, 2026). Em El Salvador, o jornal El Faro teve de deixar o país, alegando não haver condições de atuação, devido a campanhas de deslegitimação contra seus jornalistas, originadas no Palácio Presidencial (Deutsche Welle, 2023). De maneira semelhante, a organização Cristosal também deixou o país, alegando perseguição política após a prisão de uma advogada de sua equipe (AFP, 2025). Enquanto isso, no Equador, cerca de 60 lideranças indígenas e defensores do meio ambiente denunciaram sofrer intimidação e perseguição política, incluindo o congelamento de suas contas bancárias (Watts, 2025). Por fim, no Peru, há setores do fujimorismo que defendem que o país saia da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Dunker, 2026).

A redução da garantia de direitos se mostra mais acentuada em relação às comunidades indígenas na região. Por exemplo, no Chile, Kast anunciou reformas na Lei Indígena do Chile, entre elas, o presidente pretende eliminar as restrições ao uso das terras dos povos originários, permitindo o arrendamento e uso como garantia de empréstimos por indivíduos, enfraquecendo o seu uso comunal (Salgado, 2026). Igualmente, Milei decidiu eliminar, por decreto, a proteção legal que impedia o despejo de povos indígenas das terras comunitárias tradicionalmente ocupadas na Argentina (IHU, 2024). Na Colômbia, mesmo antes de tomar posse, de la Espriella anunciou que iria anular as Entidades Territoriais Indígenas, instituições administrativas previstas na Constituição, que assumem, em seus territórios, competências administrativas, incluindo ações de saúde e educação (Guevara, Mora, 2026).

O avanço de governos populistas e movimentos nacionalistas não se limita aos países exportadores de minerais, mas também inclui importantes consumidores, especialmente nos EUA e na Europa. Esta mudança se mostra particularmente relevante para a realidade da América Latina, dada a história de projetos de cooperação internacional e de solidariedade existentes entre movimentos sociais e organizações não governamentais nas três regiões.

Considerando os governos eleitos, a tomada do poder pelo Make America Great Again, de Donald Trump, nos EUA, e pelo Fratelli d'Italia, de Giorgia Meloni, resultou em governos nacionalistas e xenófobos. Para além desses, ainda há o fortalecimento de partidos de ultradireita como o Chega, em Portugal; o Vox, na Espanha; o Alternative für Deutschland, na Alemanha; o Reform UK, no Reino Unido; o Rassemblement National, na França; o Freiheitliche Partei Österreichs, na Áustria; e o Partij voor de Vrijheid, nos Países Baixos. Todos esses partidos têm conseguido aumentar sua visibilidade em eleições regionais, ou mesmo nacionais, chegando ao ponto de terem, em média, o apoio de quase 25% dos eleitores europeus (Carbonell *et al.*, 2026; Henley, 2026; Wike *et al.*, 2026).

A emergência desses partidos nos países consumidores de minerais pode ter efeitos em diferentes níveis no contexto extrativo na América Latina. Essas mudanças podem impactar o fluxo de apoio financeiro e operacional a movimentos sociais em territórios minerados, a capacidade de mobilizar a opinião pública internacional ou, ainda, o acesso aos sistemas de justiça nos países-sede de grandes mineradoras.

Historicamente, há vínculos de intercâmbio entre organizações no Norte Global e na América Latina que facilitam a estruturação de movimentos de proteção ambiental e de direitos humanos em geral e, de forma específica, de contestação mineral. Exemplos destes intercâmbios muitas vezes incluem transferências de recursos financeiros por meio de instituições de cooperação ou organizações filantrópicas (Betsill *et al.*, 2022; Pinho, 2022).

Para além do apoio econômico, há também parcerias operacionais para suporte logístico, ações de formação e iniciativas coletivas que permitem ampliar as reivindicações para além da escala nacional. Tais colaborações permitem que os impactos da atuação de mineradoras transnacionais sejam conhecidos por investidores ou pela opinião pública nos países consumidores, o que aumenta a pressão sobre as empresas e os governos nos países exportadores (Urkidi, 2010; Urkidi, Walter, 2011; Santos, Milanez, 2015; Spalding, 2018).

Uma terceira frente de atuação se refere à colaboração em ações jurídicas. Intercâmbios entre organizações na América Latina e no Norte Global abrem a possibilidade de iniciativas de litigância estratégica, por meio das quais comunidades afetadas por projetos extrativos acessam tribunais nos países onde as empresas têm sede ou operações (Kirsch, 2014; Buhmann *et al.*, 2026).

Todavia, para que essas relações ocorram, é necessário que haja uma democracia minimamente funcional nos países importadores. À medida que governos autoritários ganham proeminência, é possível que as organizações sociais que mantêm vínculos com entidades nos países exportadores se enfraqueçam ou tenham de destinar parte dos seus recursos a causas locais, tais como a proteção de migrantes e refugiados, a garantia dos direitos das mulheres, a defesa das pessoas LGBTQIA+, ou ainda a assistência a grupos vulneráveis a eventos climáticos extremos. Da mesma forma, com o fortalecimento de governos xenófobos, há a chance de que os sistemas de justiça se mostrem menos receptivos às queixas das comunidades do Sul Global.

Além dessas questões envolvendo as organizações de proteção de direitos humanos, outras mudanças nos países consumidores também podem impactar indiretamente a situação das comunidades atingidas por projetos extrativos. Por exemplo, o crescimento das despesas militares pode drenar recursos que, eventualmente, seriam destinados a organizações de cooperação internacional. Além disso, há a formação de redes de interação entre movimentos de ultradireita em diferentes países; portanto, o fortalecimento dessas organizações no Norte Global pode aumentar o apoio a movimentos e governos de mesma natureza nos países exportadores de minerais.

Considerações finais

Na atual conjuntura, há a confluência de três fatores sinérgicos que podem causar impactos cumulativos nos territórios afetados por projetos minerais: o aumento da demanda por matéria-prima para a indústria de armamento, a maior aproximação entre as forças armadas e as cadeias de suprimentos, e o fortalecimento da ultradireita. Esta combinação gera um risco elevado de intensificação dos conflitos envolvendo projetos extrativos.

A carga ideológica deste processo possivelmente levará a um redesenho do sistema global, especialmente pelo fortalecimento do antagonismo entre o "Ocidente" e a China. Na base desta disputa está a garantia do acesso aos recursos minerais, que tem resultado na formação de diferentes blocos de influência. Por um lado, a China criou, em 2025, a Iniciativa de Cooperação Econômica e Comercial Global para Minerais Verdes; por outro, o governo de Joe Biden propôs, em 2021, a Aliança para a Segurança Mineral, que foi substituída, em 2026, pelo Fórum para o Compromisso de Recursos Geoestratégicos de Trump (Aparecida da Silva, 2026).

O Brasil, como grande exportador de minerais, já integra muitas dessas cadeias e não tem como se manter isolado. Por exemplo, devido à aplicação da Lei Dodd-Frank a companhias que negociam títulos no mercado dos EUA, fornecedores de reconhecidos fabricantes de armamentos como Lockheed Martin Corporation (2019), Huntington Ingalls Industries (2023) e Aerojet Rocketdyne Holdings (2023) mencionaram nos seus relatórios firmas com operações no Brasil tanto na cadeia do tântalo (AMG Brasil, Mineracao Taboca, Resind Industria e Comercio, LSM Brasil S.A.), quanto do estanho (Estanho de Rondonia, White Solder, Magnu's Minerais e Melt Metais, entre outras).

Ao mesmo tempo, estudos específicos têm identificado conexões diretas entre companhias brasileiras e a indústria internacional de armamentos. Por exemplo, Konchinski (2025) descreveu como a Villares Metals forneceu aço para duas fábricas de armas de uso militar israelenses. Em outra pesquisa, Barcena *et al.* (2025) identificaram que a CBMM seria uma possível fornecedora de nióbio para organizações como o Ministério da Defesa do Reino Unido, a Agência de Logística de Defesa dos EUA e as Forças de Defesa de Israel, além de empresas vinculadas ao setor de armamentos como a japonesa Aerospace Industrial Development Corp e a estadunidense RTX Corp.

Não por acaso, nos últimos anos, tem havido uma corrida de empresas estrangeiras, muitas vezes contando com o apoio de seus respectivos governos, pelas reservas brasileiras. Mineradoras chinesas adquiriram projetos de nióbio em Goiás (Minérios & Minerales, 2016), de cobre em Alagoas (Brasil Mineral, 2025), de níquel em Goiás, Mato Grosso e Pará (O Liberal, 2025) e de nióbio, estanho e tântalo no Amazonas (Fuentes, 2024). Ao mesmo tempo, a agência governamental U.S. International Development Finance Corporation (DFC) ofereceu uma linha de financiamento à Brazilian Nickel (Brasil Mineral, 2026), além de aportar recursos aos projetos de terras raras da Aclara Resources (Brasil Mineral, 2026) e da Serra Verde (Minérios & Minerales, 2026). Até mesmo a União Europeia mudou sua estratégia, deixando de lado o soft power e passando à atuação direta. Assim, depois de financiarem os estudos para subsidiar a Estratégia Nacional de Terras Raras do Brasil (CEBRI, 2026), os europeus

passaram a analisar a possibilidade de investir diretamente em projetos de níquel no Piauí, de lítio em Minas Gerais e de terras raras em Goiás e em Minas Gerais (Santos, 2026).

Diante desses novos fatores, torna-se urgente analisar o momento de transformação pelo qual o mundo passa e seus reflexos nos territórios. Em escala nacional, é fundamental assegurar que as políticas minerais não se restrinjam à busca por ganhos de curto prazo, comprometendo as condições de vida das comunidades próximas às minas. Na escala local, compreender e debater esses desdobramentos é essencial para identificar as violências e violações presentes e futuras que incidem sobre os territórios, bem como para fortalecer a construção das resistências que neles emergem e se articulam. Afinal, como propôs Camus (1947/2016, p. 125), "havia um único meio: combater a peste. Esta verdade não era admirável, era apenas consequente".

Referências

AEROJET ROCKETDYNE HOLDINGS. **Conflict Minerals Report for the year ended December 31, 2022**. Washington, D.C.: U.S. Securities and Exchange Commission, 2023.

AFP. Repressão em El Salvador força ONG de direitos humanos a deixar o país. Jul 17 2025. Disponível em: < https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2025/07/17/repressao-em-el-salvador-forca-ong-de-direitos-humanos-a-deixar-o-pais.ghtml >. Acesso em: Jul 19, 2026.

AL-SABBAK, M. et al. Metal contamination and the epidemic of congenital birth defects in Iraqi cities. **Bulletin of environmental contamination and toxicology,** v. 89, n. 5, p. 937-944, 2012.

ANDERSSON, P. Chinese assessments of "critical" and "strategic" raw materials: concepts, categories, policies, and implications. **The Extractive Industries and Society,** v. 7, n. 1, p. 127–137, 2020.

APARECIDA DA SILVA, E. Terras raras: A estratégia que falta ao Brasil. Feb 04 2026. Disponível em: < https://outraspalavras.net/crise-brasileira/terras-raras-estrategia-que-falta-ao-brasil >. Acesso em: Mar 04, 2026.

BARCENA, L. et al. **Niobium and the EU: Green dreams or war machines?** Mapping (De)Globalization, Transnational Institute, Greenpeace Germany, 2025.

BARLETT, J. As ameaças ambientais no plano do Chile para o lítio. **Nexo**, May 22 2026. Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/externo/2026/05/22/chile-litio-ameacas-ambientais-governo-kast >. Acesso em: Jul 19, 2026.

BETSILL, M. M. et al. Philanthropic foundations as agents of environmental governance: A research agenda. **Environmental politics,** v. 31, n. 4, p. 684-705, 2022.

BRASIL MINERAL. Chinesa Baiyin Nonferrous assume a Mineração Vale Verde em março. Feb 27 2025. Disponível em: < https://www.brasilmineral.com.br/noticias/chinesa-baiyin-nonferrous-assume-a-mineracao-vale-verde-em-marco >. Acesso em: Jul 11, 2026.

_____. Aclara recebe aporte do governo americano para projeto Carina. **Brasil Mineral**, Sep 03 2026. Disponível em: < https://www.brasilmineral.com.br/noticias/aclara-recebe-aporte-do-governo-americano-para-projeto-carina >. Acesso em: Jul 11, 2026.

BUHMANN, K. et al. Litigating the Samarco dam disaster: National and transnational cases, outcomes, and implications. **The Cambridge Handbook on Litigating Business and Human Rights Violations**, Feb 12 2026. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.6462859 >.

CAMUS, A. **La peste**. Ciudad de Mexico: Editores Mexicanos Unidos S.A., 1947/2016.

CANCIAN, M. F.; PARK, C. H. Last Rounds? Status of Key Munitions at the Iran War Ceasefire. **Center for Strategic & International Studies**, Apr 21 2026. Disponível em: < https://www.csis.org/analysis/last-rounds-status-key-munitions-iran-war-ceasefire >. Acesso em: Jul 09, 2026.

CARBONELL, J.; SCHAUMANN, T.; KOCSIS, L. **Two years on: Why Europe's far right keeps growing**. Brussels: European Policy Centre, 2026.

CARTA CAPITAL. Após anunciar arrocho, governo Milei lança plano para sufocar protestos na Argentina. **Carta Capital**, Dec 14 2023. Disponível em: < https://www.cartacapital.com.br/mundo/apos-anunciar-arrocho-governo-milei-lanca-plano-para-sufocar-protestos-na-argentina/ >. Acesso em: Jul 19, 2026.

CEBRI. CEBRI lança relatório final do estudo de apoio à Estratégia Nacional de Terras Raras. **Centro Brasileiro de Relações Internacionais**, Jun 19 2026. Disponível em: < https://cebri.org/br/midia/737/cebri-lanca-relatorio-final-do-estudo-de-apoio-a-estrategia-nacional-de-terras-raras >. Acesso em: Jul 11, 2026.

CENTER FOR ARMS CONTROL AND NON-PROLIFERATION. Fiscal Year 2027 National Defense Authorization Act (S. 4784) as passed by the Senate Committee on Armed Services. **Center for Arms Control and Non-Proliferation,**, 2026. Disponível em: < https://armscontrolcenter.org/wp-content/uploads/2026/07/FY-2027-SASC-NDAA-Fact-Sheet.pdf >. Acesso em: Jul 09, 2026.

CHÁVEZ, S. Como a volta da mineração de metais impacta El Salvador. **Nexo**, Jul 13 2025. Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/07/13/organizacoes-ambientais-pressionam-congresso-volta-mineracao-metais-el-salvador >. Acesso em: Jul 19, 2026.

CHOI, S. H. Nato launches defence projects to counter Russia and China. **South China Morning Post**, Jul 08 2026. Disponível em: < https://www.scmp.com/news/us/article/3359775/nato-launches-defence-projects-counter-russia-and-china >. Acesso em: Jul 09, 2026.

COUMANS, C. Conflict minerals, conflict mines and critical minerals for war: Mining, human rights and Canadian foreign policy. In: VAN HOUTEN, K. e NEVE, A. (Ed.). **In Hand in Hand? Canada at the Human Rights and Peacebuilding Nexus** Springer Nature Switzerland, 2024. p.247-272.

COWEN, D.; SMITH, N. After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. **Antipode,** v. 41, n. 1, p. 22-48, 2009.

DEUTSCHE WELLE. Diario salvadoreño El Faro se muda a Costa Rica. **Deutsche Welle**, Apr 14 2023. Disponível em: < https://www.dw.com/es/diario-salvadore%C3%B1o-el-faro-se-muda-a-costa-rica/a-65309260 >. Acesso em: Jul 19, 2026.

DLA. DLA Strategic Materials. **Defense Logistics Agency**, 2026. Disponível em: < https://www.dla.mil/Strategic-Materials/ >. Acesso em: Jul 05, 2026.

DUNKER, N. O avanço da extrema direita nas Américas ameaça a Amazônia e reduz as chances de sobrevivência. **Sumaúma**, Jul 20 2026. Disponível em: < https://sumauma.com/o-avanco-da-extrema-direita-nas-americas-ameaca-a-amazonia-e-reduz-as-chances-de-sobrevivencia/ >. Acesso em: Jul 20, 2026.

FINAUD, M. **Comparing the Ukraine and the Gaza Wars: the Force of Law and the Law of Force**. Vienna: Vienna International Institute for Middle East Studies, 2024.

FLYNN, R. La polémica en Argentina por la ley que modifica la protección de los glaciares para que pueda haber actividad minera. **BBC News**, Apr 9 2026. Disponível em: < https://www.bbc.com/mundo/articles/c5yvjk178zgo >. Acesso em: Jul 19, 2026.

FUENTES, P. Estatal chinesa compra mina de estanho na Amazônia por US$ 340 mi; conheça a empresa. **CNN Brasil**, Nov 29 2024. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/estatal-chinesa-compra-mina-de-estanho-na-amazonia-por-us-340-mi-conheca-a-empresa/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

GABAY, A. U.S. defense spending on critical minerals surges in the last decade. **Mongabay**, Jun 10 2026. Disponível em: < https://news.mongabay.com/2026/06/us-defense-spending-on-critical-minerals-surges-in-the-last-decade/ >. Acesso em: July 11, 2026.

GAGNARD, J. America's drone strategy has a supply chain problem. **The Cipher Brief**, Apr 09 2026. Disponível em: < https://www.thecipherbrief.com/americas-drone-strategy-supply-chain >. Acesso em: Jul 09, 2026.

GRIFFITHS, M.; RUBAII, K. Late modern war and the geos: the ecological 'beforemaths' of advanced military technologies. **Security Dialogue,** v. 56, n. 1, p. 38-57, 2025.

GUDYNAS, E. **Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: Centro de Documentación e Información Bolívia, 2015.

GUEVARA, N. R.; MORA, P. R. Uno de los primeros actos de De la Espriella será derogar los 22 "territorios federales" que deja Petro amarrados. **El Colombiano**, 09 Jul 2026. Disponível em: < https://www.elcolombiano.com/colombia/abelardo-de-la-espriella-quitara-todas-entidades-territoriales-indigenas-HK38672894 >. Acesso em: Jul 19, 2026.

HAYES, S. M.; MCCULLOUGH, E. A. Critical minerals: A review of elemental trends in comprehensive criticality studies. **Resources Policy,** v. 59, p. 192-199, 2018.

HENLEY, J. Nearly a quarter of voters in Europe now back far-right parties. **The Guardian,**, Jun 24 2026. Disponível em: < https://www.theguardian.com/politics/2026/jun/24/nearly-quarter-votes-europe-now-cast-far-right-parties >. Acesso em: Jul 19, 2026.

HUNTINGTON INGALLS INDUSTRIES. **Conflict Minerals Report**. Washington, D.C.: U.S. Securities and Exchange Commission, 2023.

IEA. **Global critical minerals outlook.** . Paris: International Energy Agency, 2025.
IHU. Milei dá sinal verde para os despejos das comunidades originárias. **Instituto Humanitas Unisinos**, Dec 11 2024. Disponível em: < https://ihu.unisinos.br/categorias/647024-milei-da-sinal-verde-para-os-despejos-das-comunidades-originarias >. Acesso em: Jul 19, 2026.

JAIN, A.; KUBER, S. Lockheed Martin to more than triple Patriot missile production capacity. **Reuters**, Jan 06 2026. Disponível em: < https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/lockheed-martin-more-than-triple-patriot-missile-production-capacity-2026-01-06/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

JOHNSTONE, P.; MARÍN, A. Beyond the twin transition: military drivers of critical minerals' expansion. **The Extractive Industries and Society,** v. 26, p. 101836, 2026.

KAYALI, L. France aims to spend €76.3B on defense in 2030. **Político**, Apr 08 2026. Disponível em: < https://www.politico.eu/article/france-aims-to-spend-e76-3-billion-on-defense-in-2030/ >. Acesso em: Jul 09/2026.

KIRSCH, S. **Mining capitalism: The relationship between corporations and their critics**. Univ of California Press, 2014.

KOBRIN, S. J. How globalization became a thing that goes bump in the night. **Journal of International Business Policy,** v. 3, n. 3, p. 280-286, 2020.

KONCHINSKI, V. Made in Brazil: Empresa brasileira vende aço para indústria de armas de Israel durante guerra em Gaza. **The Intercept Brasil**, May 29 2025. Disponível em: < https://www.intercept.com.br/2025/05/29/empresa-brasileira-aco-industria-armas-israel/ >. Acesso em: Jul 06, 2026.

LOCKHEED MARTIN CORPORATION. **Conflict Minerals Report For the Year Ended December 31, 2018**. Washington, D.C.: U.S. Securities and Exchange Commission, 2019.

MALAMUD, A.; LUNA, J. P.; VERGARA, A. Why the liberal order is unraveling in the Americas. **Americas Quarterly**, Jul 14 2026. Disponível em: < https://www.americasquarterly.org/article/the-liberal-order-is-unraveling-in-the-americas/ >. Acesso em: Jul 20, 2026.

MANDUCA, P.; NAIM, A.; SIGNORIELLO, S. Specific association of teratogen and toxicant metals in hair of newborns with congenital birth defects or developmentally premature birth in a cohort of couples with documented parental exposure to military attacks: observational study at Al Shifa Hospital, Gaza, Palestine. **International journal of environmental research and public health,** v. 11, n. 5, p. 5208-5223, 2014.

MERCADO, J. Reglamento de adecuación de derechos mineros elimina la licencia ambiental y la consulta previa a cooperativas. **Agencia de Noticias Ambientales**, 2026. Disponível em: < https://anabolivia.org/reglamento-de-adecuacion-de-derechos-mineros-elimina-la-licencia-ambiental-y-la-consulta-previa-a-cooperativas/ >. Acesso em: Jul 20, 2026.

MINÉRIOS & MINERALES. CMOC adquire as operações de nióbio e fosfatos da Anglo. **Minérios & Minerale**, Oct 03 2016. Disponível em: < https://revistaminerios.com.br/cmoc-adquire-operacoes/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

_____. Serra Verde garante financiamento de US$ 565 milhões com a DFC para otimizar operações. **Minérios & Minerales,**, Feb 05, 2026 2026. Disponível em: < https://revistaminerios.com.br/serra-verde-garante-financiamento-de-us-565-milhoes-a-dfc-para-otimizar-operacoes/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

MORA, C. Gobierno impulsa reactivación minera em Crucitas: estas son las propuestas. **CR Hoy**, May 20 2026. Disponível em: < https://crhoy.com/nacionales/gobierno-impulsa-reactivacion-minera-en-crucitas-estas-son-las-propuestas/ >. Acesso em: Jul 19, 2026.

NANKIVELL, N. Military minerals: How US military demand is intensifying extraction on Indigenous lands. **Transition Security Project**, May, 18 2026. Disponível em: < https://transitionsecurity.org/military-minerals/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

NATO. NATO releases list of 12 defence-critical raw materials. **North Atlantic Treaty Organization**, Dec 11 2024. Disponível em: < https://www.nato.int/en/news-and-events/articles/news/2024/12/11/nato-releases-list-of-12-defence-critical-raw-materials >. Acesso em: Jul 05, 2026.

NIXON, R. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 2011.

NÖSTLINGER, N. Germany ramps up defense spending in new budget plan ahead of NATO summit **Politico**, Jul 06 2026. Disponível em: < https://www.politico.eu/article/germany-ramps-up-defense-spending-in-new-budget-plan-ahead-of-nato-summit/ >. Acesso em: Jul 09, 2026.

O LIBERAL. China compra mina no Pará e controla cerca de 60% da produção de níquel no Brasil. **O Liberal**, Aug 26 2025. Disponível em: < https://www.oliberal.com/economia/china-compra-mina-no-para-e-controla-cerca-de-60-da-producao-de-niquel-no-brasil-1.1011404# >. Acesso em: Jul 11, 2026.

PÅLSSON, D. **Supply Chain Due Diligence - Conflict Minerals: A comparative legal analysis between the U.S Dodd-Frank Act (Section 1502) and the EU Conflict Mineral Regulation (EU 2017/821)**. 2025. (M.Sc.). Department of Business Law, Lund University, Lund.

PAVEL, C. C.; TZIMAS, E. **Raw materials in the European defence industry**. Petten: Joint Research Centre 2016.

PINHO, A. P. B. **Giving green: the landscape and motivations of US environmental philanthropy to Brazil**. 2022. (Ph.D.). King's College London; Universidade de São Paulo, London; São Paulo.

RUBAII, K.; EL-SHEWY, M.; GRIFFITHS, M. When "conflict free" minerals go to war. **Political Geography,** v. 123, p. 103425, 2025.

SALGADO, D. Kast anuncia reforma a Ley Indígena con reformulación de proceso de consulta a sistema de tierras **Biobiochile.cl**, Jun 01 2026. Disponível em: < https://www.biobiochile.cl/noticias/nacional/chile/2026/06/01/kast-anuncia-reforma-a-ley-indigena-con-reformulacion-de-proceso-de-consulta-a-sistema-de-tierras.shtml >.

SANTAMARIA, S. What De La Espriella's victory means for Colombia's mining sector. **Americas Market Intelligence**, Jun 22 2026. Disponível em: < https://americasmi.com/insights/de-la-espriella-colombia-mining-future/ >. Acesso em: Jul 19, 2026.

SANTOS, R. S. EU Reviews Four Brazil Critical Mineral Projects | Rio Times. **The Rio Times**, Apr 22, 2026 2026. Disponível em: < https://www.riotimesonline.com/eu-four-brazil-critical-mineral-projects-hannover/ >. Acesso em: Jul 11, 2026.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. The Global Production Network for iron ore: materiality, corporate strategies, and social contestation in Brazil. **The Extractive Industries and Society,** v. 2, n. 4, p. 756-765, 2015.

SIPRI. SIPRI Military Expenditure Database. **Stockholm International Peace Research Institute**, Apr 27 2026. Disponível em: < https://www.sipri.org/databases/milex >. Acesso em: Jul 11, 2026.

SMITH, E. Germany considers return of military conscription. **The Telegraph**, Jun 27 2026. Disponível em: < https://www.telegraph.co.uk/world-news/2026/06/27/germany-considers-compulsory-conscription-defence-russia/ >. Acesso em: Jul 09, 2026.

SPALDING, R. J. From the streets to the chamber. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 106, p. 47-74, 2018.

STUENKEL, O. Na guerra, sobe a geopolítica, desce a globalização. **Revista Piauí**, Mar 07 2022. Disponível em: < https://piaui.uol.com.br/web/na-guerra-sobe-geopolitica-desce-globalizacao/ >. Acesso em: Jul 13, 2026.

SUKAR, A.; AHMED, S. Rise of trade protectionism: the case of US-Sino trade war. **Transnational Corporations Review,** v. 11, n. 4, p. 279-289, 2019.

THE GUARDIAN. Nato says European core defence spending up 11% in 2026. **The Guardian**, Jul 07 2026. Disponível em: < https://www.theguardian.com/world/live/2026/jul/07/nato-summit-zelenskyy-trump-ukraine-rutte-defence-eu-spending-turkey-france-macron-le-pen-europe-latest-news-updates?CMP=share_btn_url&page=with%3Ablock-6a4d0ccc8f08a87b12627871 >. Acesso em: Jul 09, 2026.

UCDP. Number of conflicts. **Uppsala Conflict Data Program**, 2026. Disponível em: < https://ucdp.uu.se/ >. Acesso em: Jul 13, 2026.

URKIDI, L. A glocal environmental movement against gold mining: Pascua–Lama in Chile. **Ecological Economics,** v. 70, n. 2, p. 219-227, 2010.

URKIDI, L.; WALTER, M. Dimensions of environmental justice in anti-gold mining movements in Latin America. **Geoforum,** v. 42, n. 6, p. 683-695, 2011.

VIVODA, V.; MATTHEWS, R.; ANDRESEN, J. Securing defense critical minerals: Challenges and US strategic responses in an evolving geopolitical landscape. **Comparative Strategy,** v. 44, n. 2, p. 281-315, 2025.

WATTS, J. Indigenous and environmental leaders in Ecuador say they are facing state intimidation. **The Guardian**, Oct 16 2025. Disponível em: < https://www.theguardian.com/world/2025/oct/16/indigenous-and-environmental-leaders-in-ecuador-say-they-are-facing-state-intimidation >. Acesso em: Jul 19, 2026.

WIKE, R. et al. Right-wing populism in the decade since Brexit. **Pew Reserch Center**, May 28 2026. Disponível em: < https://www.pewresearch.org/global/2026/05/28/right-wing-populism-in-the-decade-since-brexit/ >. Acesso em: Jul 19, 2026.

ZISSIMOS, B. The end of the end of history: a political-economy perspective. **Intereconomics,** v. 57, n. 6, p. 372-376, 2022.

Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.